

BIODIVERSIDADE *No Congresso Nacional tramitam três projetos de lei sobre o assunto, sendo um deles do próprio Executivo*

ONGs rejeitam MP de recursos genéticos

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O Fórum Brasileiro de Organizações Não-Governamentais e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento divulgou ontem nota na qual classifica de inaceitável a edição de uma medida provisória (MP) para regular o acesso aos recursos genéticos do país.

A edição de uma MP sobre o assunto foi anunciada pelo Ministério do Meio Ambiente, que foi contra o acordo de prospecção da biodiversidade da Amazônia, firmado pela organização social Bioamazônia com a multinacional suíça Novartis Pharma.

Um dos problemas do acordo da Bioamazônia é que ele se antecipa à aprovação da lei sobre o acesso aos recursos genéticos.

“Tal iniciativa (a edição de MP) é inaceitável, uma vez que tramitam no Congresso Nacional três projetos de lei sobre o assunto, sendo um deles de autoria do próprio Executivo”, diz a nota.

As ONGs lembram que um dos projetos, de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC), de 1995, já foi aprovado pelo Senado e que a Câmara dos Deputados já instalou comissão especial para discutir o assunto. Se a MP for mesmo editada, a discussão dos projetos será esvaziada.

“A edição de MP para regular o tema ludibria e desrespeita a sociedade brasileira, que foi chamada, ao longo dos últimos anos, a participar de discussões com o Executivo para negociar proposta a ser debatida e aprovada no Congresso Nacional”, afirma a nota.

“O uso do instrumento da medida provisória, nessa hipótese, é absolutamente antidemocrático, pois desconsidera todo debate que existe há mais de oito anos com todos os setores interessados da sociedade brasileira, junto ao Congresso Nacional”, acrescenta.

O acordo com a Novartis está

Meio Ambiente no conselho de administração. Ela afirmou que a Bioamazônia extrapolou sua autoridade ao assinar o acordo sem consultar o ministério.

suspensão, na prática, por um mês, para receber “ajustes”.
 A mesma diplomacia não foi mostrada por Mary Allegretti, representante do Ministério do

Nota divulgada pelo conselho de administração após a reunião procurou não desautorizar a diretoria da Bioamazônia, elogiando o acordo — que, no entanto, foi

dos principais críticos do acordo, o diretor do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente, Bráulio Dias.

sendo avaliado por uma comissão de cinco membros criada pelo conselho de administração da Bioamazônia, na última terça-feira. Integram essa comissão um